

## **O ENTRELUGAR: AS CRÔNICAS DE JORGE AMADO COMO TEXTO MEMORIALÍSTICO**

*IN-BETWEEN: JORGE AMADO'S ARTICLES AS MEMORIALISTIC TEXTS*

*Marcio Henrique Muraca\**

### **Resumo:**

*O entrelugar* é o sentimento de fragmentação diante da destruição de livros, da expatriação de artistas e também dos textos esquecidos em depósitos de instituições, os quais podem nunca chegar ao público. As crônicas antigas de jornal, mais do que escritos datados, têm valor histórico, quando lidas sob a perspectiva de textos memorialísticos. Jorge Amado escreveu a coluna “Hora da Guerra” no jornal baiano *O Imparcial*, entre 1942 e 1944. Seus textos revelam o escritor engajado ideologicamente com o Partido Comunista, extremado, por vezes, em suas observações sobre os fatos que se desenrolavam durante a Segunda Guerra Mundial. A crônica de Amado dos anos 1940, na leitura contextualizada de hoje, carrega a possibilidade de resgate de sua memória individual, bem como da memória coletiva da época.

**Palavras-chave:** Memória – Crônica – Jorge Amado

### **Abstract:**

*In-between* is the feeling that evokes fragmentation in face of the destruction of books, the exile of artists, also all the forgotten manuscripts left in the storerooms of many institutions, which may never reach the public. Newspaper articles have historical value if they are read as “memorialistic texts”. Jorge Amado wrote for the Brazilian newspaper *O Imparcial*, between 1942 and 1944. His lines reveal an author committed ideologically to the Communist Party, sometimes expressing stiffness in his views on the events that unfolded during the Second World War. Amado’s articles in the 40’s, based on a contextualized reading, can bring the possibility to understand both his individual memory and collective memory of a historical period.

**Keywords:** Memory – Article – Jorge Amado

---

\* Mestre em Letras/Teoria Literária pela UFU e Doutorando em Letras na USP. henrymuraca@yahoo.com.br

*A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.* (LE GOFF, 1994, p.477)

### 1. Fogueira e Banimento

“A memória é como faca: ela pode nos cortar.”. Este aviso, com tom de provérbio oriental, é da personagem Sra. Murasaky, interpretada pela atriz Gong Li no popular *Hannibal Rising*, obra filmica dirigida por Peter Webber. Certamente, ela faz referência à memória individual que, em simbiose com a coletiva, pode vir a ferir intensamente o indivíduo que nela resolve embarcar.

Se a memória liberta, ela também

aprisiona. A dicotomia resultante de seu disparo, porém, é vital para se acessar a rede de ambiguidades e as pálidas conexões de uma realidade extinta, mas que ainda reverbera no presente e o define de muitos modos.

A memória liberta, portanto, ao permitir que o passado entre em cena e se organize de algum modo. Aprisiona, em contrapartida, porque o que no palco se passa sempre é filtro de um ponto de vista da realidade, da imaginação ou, mais além, da *reimaginação*, como escreve Marina Maluf, a partir do pensamento de Isabelle Berteaux-Wiame. Assim, o material da memória, a lembrança, é incapaz de se agarrar à objetividade, uma vez que o narrador seleciona o que é revelado, em sua tradução do “conteúdo factual”, carregado de significação. (MALUF, 1995, p.82).

Se então lembrarmos que toda obra

literária, ficcional ou memorialística, carrega, essencialmente, um ponto de vista – ou vários –, parece sensato afirmar que qualquer escrita tem o poder de revelar **ideologias** de um período, de um povo, de um indivíduo. A memória social de uma época “extinta”, por exemplo, pode ser tocada, ainda que levemente, por meio da leitura crítica de um texto que parta de uma perspectiva memorialística, capaz de investigar os vestígios históricos de uma obra.

Tanto a crítica como o leitor comum que busca o sentido além do metafórico e busca as dobras da memória em uma obra literária têm justamente como missão fundamental atingir este alvo – ir ao encontro do passado, mesmo que um recém-passado, aceitar o contexto onde operou, remontá-lo sob a perspectiva do presente que, por sua vez, pode (res)surgir com aparência distinta

do que fora antes da leitura. Para o bem ou para o mal, a memória é plástica e (se) transforma, produz reflexão no agora.

O livro, de forma geral e em seus vários suportes, não é apenas depósito de ideias e pensamentos. Nunca o é, por mais pueril ou não-canônico que tenha sido classificado. Cartas, diários, confissões, romances, poemas, quando encontram um leitor e, portanto, se tornam texto de fato, são lugar de memória. O “livro” é menos registro e patrimônio material do que um lugar de tradição, pequeno nervo de uma época.

Na teia das relações de interesse, grupos de poder souberam expressar essa consciência sobre o texto escrito ao longo da história. A fogueira de livros parece acesa há milênios, como comprova Fernando Báez em seu estudo *História Universal da Destruição dos Livros*, no

qual além de traçar uma cronologia da “fogueira”, busca uma teoria sobre a destruição de papiros, escritos proibidos, tábuas, bibliotecas etc. Sua teoria surge clara ao defender “que o livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória”. Citando John Milton, Báez sustenta a ideia de “que o que se destrói no livro é a racionalidade que ele representa”<sup>1</sup>. (BÁEZ, 2006, p.24).

O livro de ficção *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, lançado em 1953, tem como mote justamente uma sociedade que baniou a leitura de todos os livros já publicados. Ler e possuir livros agora são crimes. Nesse lugar, ironicamente, a função dos “bombeiros” não é a de extinguir o fogo, mas incinerar obras, uma vez detectadas em algum ponto da cidade. Uma maneira de escapar

1 “Quem destrói um bom livro mata a própria Razão.” (John Milton, em *Aeropagítica*, 1644).

dessa destruição da cultura impressa em páginas passa pela própria memória. Um grupo se dispõe a memorizar os livros e passar de uma geração a outra seu conteúdo<sup>2</sup>, preservando, assim, a obra, em movimento contrário ao da passagem que se deu, historicamente, da memória oral à memória escrita, percorrida por Jacques Le Goff em seu *História e Memória* (1994).

Em 2010, no Brasil, assistimos ao prenúncio das labaredas da fogueira novamente – ou pelo menos sua tentativa. Em novembro desse mesmo ano, a coluna da escritora Lya Luft na revista

2 Jacques Le Goff, em mais de um momento em *História e Memória*, menciona os sujeitos que serviam como suporte de memória. A Idade Média, por exemplo, “venerava os velhos, sobretudo porque via neles homens-memória, prestigiosos e úteis.” Saber de cor, nessa época, era de fato saber. Assim, a educação de jovens era bastante voltada à memorização de textos religiosos, tanto na educação judaico-cristã quanto na muçulmana. Os gregos arcaicos também viam o poeta como mestres da memória, do passado. Para Homero, versejar era lembrar. Veja-se: (LE GOFF, 1994, p.423-485).

*Veja* trazia como ilustração, diagramada bem ao centro de seu texto, a imagem de uma pilha de livros em chamas. O artigo, intitulado “Crucificar Monteiro Lobato?” retrata a indignação da autora quando foi noticiado o possível banimento de um livro de Monteiro Lobato nas escolas, “porque alegadamente contém alusões racistas”. Ela avisa: “vamos canibalescamente nos devorar a nós mesmos, à nossa cultura, à nossa maneira de convivência entre as etnias [...] vamos começar a limpar, isto é, deformar, muitos livros.” (LUFT, 2010, p.26).

Antes, como introdução ao artigo, a escritora busca nas próprias memórias de infância a leitura dos livros de Lobato. Mais à frente, conta que, como descendente de alemães, era vítima de chacota na escola. Nem um nem outro fio de memória fez dela um ser humano destrutivo

ou racista, afirma. Conclui, ao lembrar que o banimento de livros é puramente uma forma mesquinha de buscar culpados de uma realidade que ainda se arrasta, resultado de antigas práticas sociais. Livros queimados foram um dos índices sinistros dos nazistas e revelam uma caça às bruxas perigosa, Luft lembra.

Em última instância, o remédio para a fogueira é a crítica<sup>3</sup>. A memória como modo

3 Quanto a banir das escolas livros de Monteiro Lobato que fazem alusão ao racismo, mais saudável seria o acesso de professores à leitura de obras como a de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, e a de Gilberto Freyre, *Casagrande & Senzala*, nas quais se delineiam os *porquês* do racismo no Brasil e outros males de tempos não tão passados e que contextualizam, portanto, o texto de Lobato quando de sua escrita. Ribeiro, por exemplo, analisa o “assimilacionismo” dos negros no Brasil, em oposição ao *apartheid* sul-africano. Se este modelo pelo menos separa e deixa os negros distantes, de modo que sua identidade possa de algum modo se mobilizar e lutar contra injustiças, aquele, o nosso, apenas mascara uma ordem como sendo natural, onde brancos, mestiços e negros conviveriam em harmonia. Na verdade, “desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido.” (RIBEIRO, 1996, p.226).

de ler uma obra pode contextualizar a ideologia de uma época, calcada nos arranjos sociais, nas relações de trabalho, na constituição política da nação, no imaginário que nasce do emaranhado das classes, no indivíduo que busca pertencimento e identidade. O resultado deve ser ainda mais interessante, porque revela o presente.

## 2. *Entrelugar e Criação*

Banir de uma sociedade livros aproxima-se bastante da ideia de exílio, degrado. A expatriação, seja ela forçada ou voluntária, tende

Vale lembrar, também, que, recentemente, os originais do clássico literário norte-americano *Huckleberry Finn*, de Mark Twain, passou por uma “suavização” ao se trocar, por exemplo, palavras consideradas ofensivas aos negros por outras mais adequadas ao leitor contemporâneo. Em artigo no jornal *O Estado de S.Paulo*, de 15 de janeiro de 2011, Adam Kirsch, colunista do *The New York Times*, escreve sobre o assunto: “...comecem a eliminar tudo de ofensivo na história literária e não sobrar nada.” (KIRSCH, 2011, p.D12).

a fragmentar o indivíduo, deformá-lo, quando sua identidade não reconhece bem o espaço carregado de idiossincrasias de uma sociedade diversa de onde o sujeito antes pertencia, respirava. A fogueira, materialmente, desintegra um livro até que se torne cinzas. Um texto banido, esquecido, e um autor no exílio, sofrem o mesmo processo – desagregam-se.

A memória é fonte de história e de mitos, igualmente. Memórias podem virar história e *estórias* – como preferia Guimarães Rosa, no sentido **imaginário** do termo, em oposição à **mentira**, porém. De qualquer modo, seja o livro lançado às chamas, seja o artista desterrado, ambos se estilham no *entrelugar*, naquele espaço onde sua energética definha. Onde tanto sua dimensão histórica quanto sua dimensão mítica e ideológica se silenciam, pouco têm a dizer a si e ao outro.

No fantasmagórico entrelugar, o presente se torna míope, confuso, e o futuro fica suspenso.

Por outro lado, há a possibilidade da mutabilidade, uma vez que há mobilidade mesmo na fragmentação, desde que, de alguma maneira, uma obra, mesmo que apenas sua ideia, sobreviva à fogueira ou o sujeito, ao exílio. Ambos, ressurgidos das cinzas, trazem consigo, no mínimo, a esperança do testemunho, ainda que contaminado pela imaginação. A destruição nunca é total, nos seus estilhaços há a constante possibilidade de acesso ao passado pelo Todo em constante movimentação, segundo o pensamento de Bergson, que concluirá que “o movimento é a verdadeira substância do real.” (MACIEL JR, 2008, p.68). O passado não deixou de ser, mas se conserva guardando em si os presentes que passam. Escapar da vida utilitária, das amarras

sociais, das ideologias que banem e exilam, sobreviver à própria culpa por desafiar o concreto erguido pela tradição, tudo isso é possível quando o homem “toma consciência da sua natureza temporal.” (MACIEL JR, 2008, p.71). Algum resgate é sempre possível.

Desse modo, a alma pode deixar a estagnação do trauma, por exemplo, e se abrir para o “estremecimento afetivo que arrebatava o espírito”, fazer emergir a emoção criadora e estabelecer a intuição que se mantinha fechada pela inteligência prática, presa ao **presente** utilitário e amarrada às convenções sociais. Em suma, o artista, o criador, é quem pode recriar o mundo ao conscientizar-se do Todo, do seu movimento permanente, carregado de sementes diversas que, cruzadas, trazem a novidade.

É a conhecida noção/discurso da viagem

que muda o ser, como escreve Marcos Flamínio Peres<sup>4</sup>. Se Ulisses, de Homero, não se transforma ao retornar de sua jornada heróica, se sua característica é a imutabilidade e é exatamente o mesmo ao retornar a Ítaca, a personagem de Henry James, da obra *Os Embaixadores* (1903), é o anti-Ulisses. Lambert Strether é o homem de uma cidadezinha que é pago para ir a Paris buscar o filho de uma família rica que o quer mandando nos negócios. Acontece que Chadwick Newsome, o tal endinheirado, encantou-se com a Paris de fim de século, e de grosseirão transformou-se em um homem refinado. O pobretão Lambert vai sofrer o mesmo, suas certezas sobre o mundo se abalam diante do Velho Mundo modelar: Paris vai

---

4 O autor faz uma resenha sobre o lançamento do livro de Henry James no Brasil. Veja-se: PERES, Marcos Flamínio. "Labirintos de James". Caderno Ilustríssima. *Folha de S.Paulo*, 19 de dezembro de 2010, p.8.

fragmentá-lo, desagregá-lo, vai fazer com que olhe sua cidadezinha no interior dos Estados Unidos como presa ao trabalho e à família. A capital francesa, ao contrário, destila em seus salões a preguiça, o perfume, a sensualidade. A perda de referência no estado de entrelugar está associada ao choque que sua memória social recebe. Como em Proust, a memória, aqui, está associada ao espírito e toda a sua aventura interior<sup>5</sup>.

É nesse sentido que aqueles mesmos valores morais e sociais que queimaram livros e exilaram artistas podem ser remexidos para que a criatividade e novas forças de reflexão possam emergir. Miguel Angel de Barrenechea, ao escrever

---

5 "Esta teoria que realça os laços da memória com o espírito, senão com a alma, tem uma grande influência na literatura. Marca o ciclo narrativo de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu* (1913-27)" (LE GOFF, 1994, p. 471). Sobre o assunto, é importante destacar a obra *O Espaço Proustiano*, de Georges Poulet.

sobre o pensamento de Nietzsche<sup>6</sup>, lembra que o filósofo alemão via “justamente o esquecimento, entendido como uma *força plástica*, como uma função salutar, que possibilitará revivificar as energias de uma sociedade ou de um homem.” (BARRENECHEA, 2008, p.51).

Assim, se num primeiro momento o trauma de viver no quase vazio do entrelugar, nas salas escuras do banimento, entre as cinzas das fogueiras de livros, nas esquinas sem sentido do exílio provocam o movimento reativo e destrutivo da memória firmada, é também a capacidade de esquecer que nos coloca a oportunidade de abertura

---

6 Lembramos que o esquecimento para Nietzsche era a faculdade natural do ser humano, e não a memória; esta tendo sido construída desde tempos remotos diante da necessidade de sobrevivência, da dor, da punição, das relações de débito e crédito que se criou na sociedade humana, de onde proveio, depois, a noção de culpa e toda sua aplicação no direito moderno.

para um futuro que se desabrocha inesperado. Esquecer revigora, favorece a vida, como escreve Barrenechea. Portanto, o que resta de um livro queimado, ainda que tenha se tornado mítico após sua destruição física, é a sua lembrança – mesmo que pálida. A memória de um indivíduo expatriado, “forçado” a deixar seu espaço de pertencimento, também é um emaranhado de fios de memória. Esquecer é a etapa que ultrapassa a reação, o ressentimento de tantos nós naquela trama, para chegar ao riso da criança, à dimensão poética, o dançar, o desapegar-se, segundo a sabedoria do sábio Zaratustra (CAMPELLO, 2008, p.123). O esquecer pode ser criativo, quando transformado.

Uma vez que o próprio Nietzsche declara ser “absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento”(NIETZSCHE apud PEIXOTO, 2008,p.146), mas sendo esse esquecer

uma “capacidade ativa, promotora de vitalidade e criação” (PEIXOTO, 2008, p.146), as cinzas da fogueira de livros podem ser varridas, o degrado do artista perdoado, mas seus conteúdos, ainda que enterrados, extintos, servem sempre como expediente de reflexão, revisão e (re)criação. Há sempre a oportunidade de recordar o que se esqueceu, ou *reimaginá-lo* pelo menos, quando se tem em vista a criatividade e a perspectiva de rever o passado e se enxergar o presente. Segundo Bergson, o notável na constituição da obra de um artista ou intelectual é a capacidade de junção de sensações comuns a emoções novas ( MACIEL JR, 2008, p.67-77).

A dor, aliada àquele impulso de cura que acompanha continuamente nosso corpo e espírito, pode ser o material da criação, da novidade. Eterno retorno.

### 3. *Folhas Secas*

Assim como o fez com muitos artistas, políticos e cidadãos comuns, o Estado Novo de Getúlio Vargas levou à prisão Monteiro Lobato e Jorge Amado pelos chamados “crimes políticos”, na década de 1930. Amado, além de se ver no cárcere, viu ainda mais de 1.600 exemplares de seus livros, considerados subversivos, queimarem em praça pública em Salvador. Libertado em 1938, foi perseguido por anos ainda. Jorge Amado conheceu o exílio na Argentina e no Uruguai, foi preso mais vezes e apenas se tornou o escritor popularíssimo de romances a partir da década de 1950.

No período entre 1942 e 1944, Amado escreveu uma coluna para o jornal baiano *O*

*Imparcial*, chamada “Hora da Guerra”, na qual comentava as últimas notícias do conflito mundial em curso. Uma seleção desses escritos apenas veio a se tornar livro em 2008. Muitos nem mesmo sabiam que Jorge Amado havia escrito crônicas.

Provavelmente por terem sido consideradas datadas, escritas no calor da hora, sob o espírito de um escritor engajado com o Partido Comunista, essas crônicas ficaram esquecidas naquele *entrelugar* vacilante.

Textos antigos podem vir ao alcance do público ou pelo filtro do mercado editorial que os disponibiliza nas livrarias e bibliotecas ou, mais atualmente, em algum *website* da internet com interesse em divulgá-los.

Nesse sentido que o banimento de livros e as inúmeras fogueiras contam com mais um aliado de extinção – os milhares de escritos

guardados nos depósitos de instituições. Como quase sempre a condição como esses textos estão armazenados é incerta, muito da memória social também se arruína além do poder do fogo e da lei.

O efeito nefasto do material escrito “guardado” em algum entrelugar se potencializa quando a tese que aqui se defende, mais especificamente, é a de que as crônicas têm em seu envelhecimento um importante efeito transformativo, porque carrega valores de uma *memória* no calor do seu nascimento. Uma vez que a energética (ou o entusiasmo) de sua escrita se calca no presente, elas vão se tornando importantes textos memorialísticos, aproximando-se de cartas, diários, testemunhos e confissões.

Com efeito, as crônicas são fonte de história, memórias de um período o qual se marcou em suas linhas, indícios de ideologias

e das práticas sociais da época. Preconceitos e renovação, simplificações e idealismos ali se encontram, fatalmente. São como folhas secas que retêm a nervura reveladora do que um dia foi pulsão.

Se a força catártica de um texto grego ressuscita a cada leitura no presente, ao vivificar o entusiasmo que *o poeta incorporou das Musas*, o mesmo princípio se aplica a outros textos que renascem e vibram em sua releitura contemporânea – ainda que traga a obscura visão ou a mediocridade de um grupo ou indivíduo.

Todo texto tem o direito de encontrar leitores. As crônicas também não fariam emergir a memória individual do autor enlaçada à memória coletiva de uma época? Se desejamos participar do entusiasmo do poeta grego cujo “mecanismo afetivo” lhe permitiu receber a inspiração dos

deuses (PINHEIRO, 2008, p.78), as ideologias de um cronista também podem encontrar algum eco no contemporâneo e dizer algo sobre o presente. Os argumentos do datado/anacrônico/superado e não-universal/não-atemporal não podem servir para o “banimento” de textos. No caso específico da crônica há outro risco: o de serem vistas como a escritura ultrapassada ou imatura de um artista, cujo valor é apenas o de “peça de recordação”, uma casca sem valor artístico-histórico.

Em oposição a essa ideia, no entanto, quando vista sob a perspectiva de texto memorialístico, capaz de reacender a história à luz das ideias e concepções de um escritor, o leitor contemporâneo da crônica pode refazer o processo da tripla operação que constitui a memória, descrito por Marina Maluf – acumulação primitiva, rememoração e ordenamento da

narrativa.

Porém, com uma diferença (ou deslocamento): se à época de composição do texto o cronista escrevia sobre o seu presente, hoje suas linhas revelam o passado, mais propriamente a memória coletiva de uma época por meio de sua memória individual.

É sob esse viés que Maluf resgata o pensamento de Halbwachs, cujo estudo sobre a memória se torna essencial a partir de 1950. Ela escreve: “Para o autor, a memória de uma pessoa está enlaçada à memória do grupo, que por sua vez está integrada à memória mais ampla da sociedade – a memória coletiva.” (MALUF, 1995, p.35). O registro a partir da memória de um indivíduo, embora seja apenas **um** enquadramento social, ainda assim é capaz de trazer os vestígios de um passado, como sendo a peça de um mecanismo

que, somada a outras, pode fornecer a ideia de um todo.

Toda experiência do cronista em conexão com o movimento coletivo se aloja em sua acumulação primitiva. Ao escrever a crônica, como quem escreve um diário, o presente está vivo, mas mergulhado naquela caixa acumulada de cultura e subjetividade. O narrador não tem como escapar da força de seu ponto de vista “cujo interesse se aloja no âmbito de eventos” (MALUF, 1995, p.47) – a tal “verdade” sob a perspectiva do escritor. Esse ordenamento narrativo parcial, em seu conjunto, tem como produto um texto, uma versão do que se passou. Da história, da memória social, portanto.

O contexto mundial que Jorge Amado retrata em suas crônicas é o da Segunda Guerra Mundial, seu foco está na miríade de acontecimentos

em torno do conflito, seus desdobramentos fora e dentro do Brasil. Os comentários carregam o tom exaltado de quem ideologicamente acredita nas noções comunistas de uma sociedade igualitária, livre de estratificações. A então União Soviética de Stálin (“o homem com sorriso de criança”, como é descrito por Amado), sob um vigoroso projeto socialista, é o modelo de democracia e vitória do povo para o artista engajado. O grande inimigo é o nipo-nazifascismo e aqueles que, no Brasil, simpatizam com o Eixo (“a quinta-coluna”, como ele se refere em quase todas as crônicas, “que só não é mais forte que o povo” (AMADO, 2008, p.28). Daí que suas conclusões, **hoje**, soam por vezes simplificadas, reducionistas e quase ingênuas. O posicionamento de um indivíduo numa época de profunda convulsão mundial levava a um natural maniqueísmo: o

“bem supremo”, as forças aliadas, **versus** o “mal supremo”, como Hitler, Mussolini, etc. (FAUSTO, 2008, p.19).

Tanto o artista quanto o intelectual, segundo a visão esquerdista da época, deveriam servir ao povo e à causa comum, a escrita como granada: “hoje há uma consciência de que a pena ou a máquina de escrever são armas tão mortais e necessárias quanto o fuzil e a metralhadora.” (AMADO, 2008, p.28). Jorge Amado se sentia no cumprimento de sua responsabilidade ao comandar a coluna do jornal *O Imparcial*:

Na ‘Hora da Guerra’ um escritor brasileiro tem procurado dar sua contribuição para a vitória da liberdade sobre a opressão, da cultura sobre o obscurantismo, da democracia sobre o terror, das Nações Unidas sobre o nipo-nazifascismo. (AMADO, 2008, p. 28).

Assim, essa ideologia é marca de uma época. O artista ou intelectual – ou mesmo o cidadão comum – que não se posicionava claramente em relação a questões sociais era considerado um alienado, um *parnasiano na torre de marfim*, como Amado se refere em mais de uma crônica: “Por que alguns se deixam ficar, cômoda e criminosamente, perdidos em sonetos e em poemas, em inoportunas discussões de ordem estética?” (AMADO, 2008, p.32). Ele escreve, defendendo os que se posicionam: “Felizmente a grande maioria dos escritores brasileiros compreendeu exatamente o problema. Pelo menos aquela geração de 30, trazendo a experiência do romance social e os estudos de sociologia.” (AMADO, 2008, p.28).

O que não se pode perder de vista na leitura das crônicas de Jorge Amado é o escritor

filiado ao Partido Comunista, pelo qual se guia. Essa, aliás, é a matéria a ser buscada como valor histórico importante, porque revela as ideias de um **grupo** que, embebidos do sonho socialista e imersos no maior conflito da humanidade do séc. XX, não compreendia de forma real as complexidades das relações de poder opressivas que se instalavam na própria esfera soviética. Como o Partido Comunista Brasileiro recebia as notícias de guerra e como elas deveriam ser divulgadas pelos intelectuais na época se esboçam cabalmente nas crônicas de Jorge Amado. Sua escrita seguia diretrizes.

A memória do escritor, suas aspirações, seu exílio, as prisões, sua origem elitizada, a queima de seus livros, sua militância esquerdista, tudo converge para as crônicas. A escrita de Amado revela, além de si mesmo, na sua “trincheira”

diária na coluna do jornal (como dizia), a face e o ideal de *um grupo* a que pertencia e se identificava. Comentava, ainda, sobre a outra margem, a movimentação no país e no mundo de outros modos de pensar, de grupos cujos ideais conflitavam com os seus.

O período em que as crônicas de Amado fervilhavam no jornal baiano era aquele dos totalitarismos e imperialismos que iam se impondo a nações. Um planeta ainda distante dos deslocamentos de identidade do mundo multicultural atual (HALL, 2003); mundo esse, aliás, que deu seus primeiros passos no pós-45, com a dissolução do nazifascismo e a formação do bloco capitalista, sob a esfera norte-americana, e do bloco comunista, sob a esfera soviética. Se aquele tempo, em plena guerra, em que no Estado se confiava completamente, de modo geral, hoje,

acabou (BAUMAN, 2004, p.52), o Estado-nação da época, na marcha do patriotismo que amarrava a identidade nacional, era a força capaz de tudo oferecer, de “atar os fios” da segurança social, de propiciar o bem-estar geral. Um exemplo claro desse ideal nacional, de pureza e separação, que hoje nos estranha, tem como exemplo o nacionalismo exacerbado que Jorge Amado muitas vezes demonstra em suas crônicas, mesmo em um país que sempre se fez sob a diversidade de raças, mesmo sob a “pena” de um homem pacífico.

Um desses momentos extremos de *Hora da Guerra* é quando o escritor baiano defende, contundente, um brasileiro que fora preso por ter matado um comerciante italiano na região nordeste do país. O assassinato se deu pela revolta do bombardeamento de um navio brasileiro

por forças italianas e que veio a gerar grande polvorosa na população, resultando em uma onda de violência contra as comunidades de imigrantes de países do Eixo. Portanto, quando as labaredas do vulcão se derramam, o que se vê nas linhas de Jorge Amado é uma população “brasileira” dividida e intolerante, um escritor que minimiza a violência descabida, fruto de um reducionismo metonímico (o cidadão como governo), em favor do nacionalismo. Essa crônica, em particular, é vestígio, um pequeno retrato, da perseguição que sofreram alemães, italianos e japoneses no Brasil, muitos dos quais viviam aqui havia décadas.

São inúmeros os assuntos de que Jorge Amado trata em sua coluna: antissemitismo, desde os campos de concentração na Europa até a perseguição ao pintor Lasar Segall, barbaridades em vários países, como a então Iugoslávia e, na

América do Sul, o contexto político autoritário na Argentina, além de outros. Mesmo fenômenos populares brasileiros, como o caso do médium Chico Xavier que, pela primeira vez, chamava a atenção da opinião pública, na época, é assunto de uma crônica.

Vale dizer ainda que as crônicas sobre a guerra de Jorge Amado passam muito por aquilo que Marina Maluf faz referência: o “aflorescer de imagens tanto pelo que viu e viveu quanto pelo que ouviu contar.” (MALUF, 1995, p.50). No caso de Amado, sua análise sobre tais imagens passam, muito também, pelo seu posicionamento ideológico.

Esse breve panorama da coluna “Hora da Guerra”, do escritor baiano Jorge Amado, é a tentativa de demonstrar que a crônica, mais do que documento datado, presa ao momento em

que foi produzida, pode se aproximar de textos memorialísticos e ser lida pelo viés da memória, pelos fios, vestígios, que sua tessitura pode revelar, sob a perspectiva da memória individual que sempre toca a coletiva.

Jorge Amado se afastaria da militância política cerca de uma década depois do fim da Segunda Guerra e viria a se tornar popular por seus romances tropicais, situados numa Bahia imaginada e sensual, e que o tornaria, na mesma intensidade de venda de seus livros, ignorado pela crítica e pela academia. Estudos sobre o baiano ficaram relegados, suas crônicas, esquecidas. Mais uma vez ele viveu o *entrelugar*.

#### 4. Contemporâneo

Textos são máquinas do tempo? Não será

essa a atração de boa parte de leitores (comuns e críticos) pelo desejo de apertar o *start* de volta ao passado ao se ler as linhas de outrem? Essa pode ser uma conclusão simplória. Contudo, independentemente de o tempo, para alguns, prender-se a fatos, como pontos sucessivos num ordenamento linear, e, para outros, ligar-se à percepção, à subjetividade, não sendo o tempo “em si um processo do tempo” (WHITROW, 2005, p. 169), a leitura de um texto, qualquer que seja seu gênero, proporciona vestir-se do escritor que o compôs e ver o mundo através das cores misturadas pela sua memória e a memória coletiva a que se liga. Seja o tempo contínuo, para frente como uma flecha que se disparou, seja ele circular, o ser humano, em sua ação, deixa vestígios que podem ser recordados. Deixa rastros no espaço e marca o próprio tempo com ideias. Tal ideário se

desdobra no presente e futuro.

Há sempre o risco de livros serem banidos ou serem deformados ao se mudar expressões que ofenderiam os que no *presente* o leem. As fogueiras sempre os queimaram pelo que se tem notícia. Outros milhares se empilham em depósitos e outros tantos são, agora, *deletados* na rede ou mesmo alterados.

Se como lembra Eric Kandel a teoria freudiana de que “a maioria de nossas ações é inconsciente” (KANDEL, 2009, p.153) – porque provavelmente obedecem a valores que nos foram herdados e comprados –, a consciência crítica é então aquela outra dimensão que deve estar sempre atenta à não-destruição, já que destruir não supõe, necessariamente, esquecer. Quanto a esquecimento, o que nos serve é aquele criativo e libertador proposto por Nietzsche, aquele que se

embebe de **contextualização** consciente, do ser contemporâneo que enxerga não apenas a luz dos tempos, mas também sente sua dimensão obscura e cortante.

### Referências:

AMADO, Jorge. *Hora da Guerra*. FRAGA, Myriam; GOLDSTEIN, Ilana Seltzer (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 353p.

BÁEZ, Fernando. Introdução. In: *História Universal da Destruição dos Livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p.17-28.

BARRENECHEA, Miguel Angel. Nietzsche: O Eterno Retorno e a Memória do Futuro. In: BARRENECHEA, Miguel Angel (Org.). *As Dobras da Memória*. Rio de Janeiro: Unirio-

Faperj, 2008, p.51-63.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110p.

CAMPELLO, Cristie. O Ressentimento, o Esquecimento e o Riso: A Memória numa Perspectiva Nietzscheana. In: BARRENECHEA, Miguel Angel (Org.). *As Dobras da Memória*. Rio de Janeiro: Unirio-Faperj, 2008, p.123-130.

FAUSTO, Boris. Olhares Cruzados. In: FRAGA, Myriam; GOLDSTEIN, Ilana Seltzer (Org.). *Hora da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.13-23.

FREYRE, Gilberto. *Casagrande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992. 569p.

HALL, Stuart. Controvérsias. In: *Da Diáspora*

– *Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Humanitas-UFMG, 2003, p.25-100.

JAMES, Henry. *Os Embaixadores*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 602p.

KANDEL, Eric R. *Em Busca da Memória – O Nascimento de uma Nova Ciência da Mente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.69-186.

KIRSCH, Adam. Originais Alterados em Nome da Justiça. In: Caderno C2+, *O Estado de S.Paulo*, 15 de janeiro de 2011, p.D12.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 423-484.

LUFT, Lya. Crucificar Monteiro Lobato?. In: *Revista Veja*. 10 de novembro de 2010, p.26.

MACIEL JR, Auterives. A Memória Cósmica e a

Emoção Criadora. In: BARRENECHEA, Miguel Angel (Org.). *As Dobras da Memória*. Rio de Janeiro: Unirio-Faperj, 2008, p.67-77.

MALUF, Marina. A Reconstrução do Passado. In: *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.27-89.

PEIXOTO, Maria Ignês de Mesquita. Memória Social: Uma Construção Nietzscheana. In: BARRENECHEA, Miguel Angel (Org.). *As Dobras da Memória*. Rio de Janeiro: Unirio-Faperj, 2008, p.142-149.

PERES, Marcos Flaminio. Labirintos de James. In: Caderno Ilustríssima, *Folha de S.Paulo*, 19 de dezembro de 2010, p.8.

PINHEIRO, Paulo. O Tempo Diferencial da Memória do Poeta (Por uma Leitura Deleuziana

do Entusiasmo Poético. In: BARRENECHEA, Miguel Angel (Org.). *As Dobras da Memória*. Rio de Janeiro: Unirio-Faperj, 2008, p.78-91.

POULET, Georges. *O Espaço Proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 143p.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro – A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 476p.

WHITROW, G.J. O Significado do Tempo. In: *O Que é Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.164-178.

*Artigo recebido em: 30/05/2011*  
*Aceito para publicação: 30/07/2011*